



Aproximações entre a qualidade da democracia e o Desenvolvimento Sustentável

Approaches between the quality of democracy and Sustainable Development

Luiz Henrique Vieira da SILVA^{1*}, Samuel Carvalho DE BENEDICTO¹, Josué MASTRODI NETO¹

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, SP, Brasil.

* E-mail de contato: vieiraluiz77@gmail.com

Artigo recebido em 4 de novembro de 2019, versão final aceita em 25 de setembro de 2020, publicado em 26 de julho de 2020.

RESUMO: A democracia é um conjunto de valores em constante aperfeiçoamento que depende da plena participação popular para obter êxito. Igualmente, o Desenvolvimento Sustentável, por abordar pautas conflituosas, tem como um de seus alicerces o exercício da cidadania, a fim de que adentre a agenda governamental e seja traduzido em políticas públicas. Partindo dessas premissas, por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, buscou-se identificar associações entre a qualidade da democracia e a proximidade de um país do paradigma de Desenvolvimento Sustentável. Evidenciou-se, a partir da literatura acadêmica, de documentos e do cruzamento de dados, que ambos os conceitos estão relacionados, sendo a democracia fortalecida um importante instrumento de promoção e consolidação de um desenvolvimento genuinamente sustentável.

Palavras-chave: democracia; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade.

ABSTRACT: Democracy is a set of values in constant improvement that depends on full popular participation to succeed. Equally, Sustainable Development, as it addresses conflicting agendas, has the exercise of citizenship as one of its foundations, so that it enters the governmental agenda and is translated into public policies. Based on these premises, through a qualitative, bibliographic, and documentary research, we sought to identify associations between the quality of democracy and the proximity of a country to the Sustainable Development paradigm. It was evident, from the academic literature, documents, and data crossing, that both concepts are related, with strengthened democracy being an important tool for promoting and consolidating genuinely Sustainable Development.

Keywords: democracy; sustainable development; sustainability.

1. Introdução

A sustentabilidade está presente nas relações envolvendo seres humanos e o meio ambiente há gerações. Comunidades europeias do século XVII tinham como modelo de subsistência o extrativismo vegetal e delineavam estratégias para garantir que apenas o número necessário de árvores fosse cortado, evitando a escassez desse recurso natural (Boff, 2015). A piscicultura, igualmente à produção de madeira, apresenta-se como outro exemplo histórico de sustentabilidade ambiental, visto que os pescadores de séculos atrás calculavam a quantidade máxima de animais que poderia ser pescada por ano, considerando a taxa de reprodução e manutenção da espécie na natureza, de maneira a prevenir uma possível escassez em tempos vindouros (Sachs, 2015). Ainda mais antigo, porém conservado até o presente, é o modo de vida de povos como os Yanomami, que “não provoca nenhum desequilíbrio comprometedor do ecossistema, embora o modifique” (Romeiro, 2018, p. 5).

No entanto, a trajetória do referido tema como objeto de discussão e mobilização é muito mais recente, sendo as principais contribuições advindas do período que compreende a segunda metade do século XX e o presente, ou seja, as últimas 7 décadas.

Entre os anos 1960 e 1970, a crítica à depuração da natureza e ao crescimento econômico desenfreado foi inicialmente impulsionada pela obra “*Silent Spring*”, ou “Primavera Silenciosa” (Carson, 1962), que documentou os efeitos dele-

térios dos pesticidas no ambiente, particularmente em aves, dando início ao ambientalismo (McNeill, 2000). Do mesmo modo, o artigo “*The Tragedy of the Commons*”, ou “A Tragédia dos Bens Comuns” (Hardin, 1968), tornou-se um clássico recorrido até hoje por especialistas, pois introduziu novas preocupações ao debate sobre o que se tornaria a causa ambiental, ao recomendar um controle demográfico para evitar a ruína¹.

Posteriormente, a carta *Limits to Growth*, ou “Os Limites do Crescimento”, encomendada pelo *think tank* Clube de Roma à equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT) liderada pelo casal Meadows e publicada em 1972, obteve impacto mundial, uma vez que, por meio das projeções catastróficas baseadas no modelo computacional *World3*, sugeriu que a solução para a finitude dos recursos naturais do planeta seria o chamado “crescimento zero” (Meadows *et al.*, 1972), sendo que, à época, o decrescimento² ressoou na obra de variados autores de proeminência global (Latouche, 2009; Gorz, 2010; Georgescu-Roegen, 1971; 2012). Por isso, o documento recebeu duras críticas: para muitos economistas contemporâneos ao relatório, a utilização dos modelos computacionais seria passível de desconfiança e, segundo estes, os pesquisadores do MIT desconsideraram a ideia de que o progresso tecnológico seria capaz de aumentar a expectativa de vida do planeta (Saes & Myamoto, 2012). Além disso, para os países em desenvolvimento, como o Brasil, que à época vivia o “milagre econômico”, bem como para os Tigres Asiáticos,

¹ Anos mais tarde, Ostrom (1990), principal intérprete da teoria proposta por Hardin, encontrou na ação coletiva a solução para a referida tragédia.

² Georgescu-Roegen (1971) argumenta que, uma vez que o decrescimento é inevitável, torna-se preferível que ele aconteça voluntariamente, sem a necessidade de que a Humanidade teste até que ponto os ecossistemas serão capazes de aguentar as pressões antrópicas. Sua teoria, portanto, é um apelo à precaução, em contraposição ao aumento da produtividade e, consequentemente, ao crescimento econômico indiscriminado.

a ideia de frear o crescimento do PIB e a geração de riquezas advindas da pujança industrial não foi convincente, tendo em vista que “a grande maioria dos países permanecia pobre, com dificuldades de iniciar um processo de crescimento econômico sustentado” (Romeiro, 2012, p. 68).

De fato, “até a década de 1970, as teorias de desenvolvimento econômico concebidas para interpretar o capitalismo não levavam em conta os componentes ambientais – fossem eles renováveis ou não –, como o esgotamento dos recursos naturais, a poluição ou a destruição dos ecossistemas” (Fernandez, 2011, p. 112), pois, até então, “todos os planos econômicos, sem exceção, visaram ao crescimento econômico mais elevado possível” (Georgescu-Roegen, 2012, p. 108). Ainda assim, as projeções escandalizaram economistas ortodoxos, servindo como alerta.

Ressoando seu impacto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, no mesmo ano, foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente, servindo como ponto de contestação sobre o modelo de consumo adotado pelos países do Norte global e atuando como precursora do desenvolvimento de uma política ambiental internacional (Sustainable Development, 2019). Outro grande evento ocorreu em 1974, no México: a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. O simpósio deu origem à Declaração de Cocoyoc, fundamental para a construção da nova percepção da relação entre sociedade e natureza, pois reforçou a ideia de que existem limites biofísicos e sociais para o crescimento econômico, com especial atenção ao consumo desenfreado dos países industrializados e à exigência por algo que

extrapolasse a mera satisfação universal das necessidades humanas básicas, como alimentação, abrigo, vestimenta, saúde e educação, ao pleitear a expansão das liberdades e dos direitos (Veiga, 2013).

A fim de conciliar interesses distintos entre crescimento econômico, bem-estar social e preservação ambiental, ganhou destaque o termo “Ecodesenvolvimento” para se referir à manutenção da natureza “de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (Sachs, 1981, p. 14). Montibeller Filho (1993) e Brüseke (1994) apontam que o termo foi usado pela primeira vez em 1973, pelo canadense Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo, cabendo a Sachs (1981, p. 14) a tarefa de formular as especificidades básicas dessa nova visão, resumidas em “assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver”.

Na década seguinte, em 1987, a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland”, em referência ao sobrenome da então ministra norueguesa do Meio Ambiente e presidenta da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, atualizou o Ecodesenvolvimento ao conceituar e popularizar o Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development [WCED], 1987, p. 43). Esse novo paradigma contemplou com maior afinco as esferas social e econômica, ainda que ambos os conceitos compartilhassem: a visão de longo prazo; a preocupação com o bem-estar social; e a solidariedade com as gerações futuras (Montibeller Filho, 1993).

Após isso, sucedeu-se uma série de outras publicações, debates e encontros mundiais sobre o tema, com destaque para: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também chamada de Rio 92, Eco-92 ou Cúpula da Terra), em que foi expedida a Agenda 21, no ano de 1992; a promulgação dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2000; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10, em 2002; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20, em 2012; e a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 2015, em que os Estados-membros da ONU publicaram o documento

“Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual deverá ser cumprida ao longo dos 15 anos subsequentes a 1º de janeiro de 2016, portanto, até 31 de dezembro de 2030.

A ambiciosa empreitada surgiu com o intuito de “determinar o curso global de ação para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas” (Nações Unidas Brasil, 2015a). Desse modo, listou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dispostos no Tabela 1, e 169 metas a eles associadas, atualizando e sucedendo os ODM.

TABELA 1 – Ícones em língua portuguesa e descrição completa dos ODS.

Ícone do ODS	Descrição completa do ODS
	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base em Nações Unidas Brasil (2015b).

Da mesma forma que a literatura estipula dimensões para sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável (Froehlich, 2014), a Agenda 2030 pautou-se em cinco áreas de importância crucial, nas quais orbitam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (Nações Unidas Brasil, 2015b), configurando uma expansão dos tradicionais pilares ambiental, social e econômico, reunidos por Elkington (2012) no *Triple Bottom Line*. Assim, estão contempladas as necessidades basilares dos seres humanos, com atenção especial aos limites do planeta e evidente rigor para que a atividade antrópica não comprometa a vida na Terra, bem como as condições para sua existência plena.

Nessa busca por bem-estar aos seres humanos, aliado ao respeito aos limites biofísicos do planeta (Artaxo, 2014; Steffen *et al.*, 2015), contribuições como a *Doughnut Economics* (Economia Donut), de Raworth (2019), despontam como soluções criativas para conciliar ideias que aparentemente são divergentes. Para a autora, o Desenvolvimento Sustentável funciona como um *donut*, ou rosquinha, bidimensional, sendo que a borda interna representa a base social mínima e a borda externa simboliza o teto ecológico superior. Logo, sua parte interna corresponde ao “espaço operacional seguro e justo”, na qual deve residir a economia (Raworth, 2019, p. 18).

Por sua vez, a democracia como regime político tem seu surgimento atribuído à pólis grega, em que, a partir de um sistema de assembleias, o poder de tomar todas as decisões políticas era atribuído a cidadãos livres (Cabral Neto, 1997), uma inovação à época, ainda que, para os padrões atuais, seja altamente excludente. Após dois milênios relegada aos anais da história, a democracia ressurgiu em consonância com o Estado liberal, em um contexto de

transformações na Europa Ocidental e na América do Norte, e, desde então, tem sido estudada, aperfeiçoada e aplicada mundo afora (Cabral Neto, 1997).

Da mesma forma que o Desenvolvimento Sustentável, sua observância depende de características inerentes a cada nação. Entretanto, há uma agenda global para o Desenvolvimento Sustentável que pode ser regionalizada, ainda que não exista, ao menos até o momento, uma teoria abrangente de democracia em âmbito internacional, considerando a ressalva de que resoluções como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986, retomada na Rio 92 (Walker, 2011), tenham rumado nessa direção. Ademais, isso não consistiu em um entrave para o presente estudo, porque foram utilizados parâmetros iguais de medição da democracia e do Desenvolvimento Sustentável, colocando todos os países sob a mesma métrica.

Reitera-se que neste trabalho foram realizadas aproximações práticas, com olhar crítico, relacionando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as metas a eles associadas e a necessidade de instrumentos democráticos para que sejam atingidos, permitindo a localização de uma agenda global completa e multifacetada, que rivaliza com interesses muitas vezes perigosos, por afrontar a lógica econômica dominante.

2. Metodologia

A pesquisa utilizou-se do método hipotético-dedutivo, definido por Karl Popper e caracterizado por Gil (2008) através de uma linha de raciocínio que passa, obrigatoriamente, pelos seguintes pontos: problema; conjecturas; dedução de consequências

observadas; tentativa de falseamento; e corroboração.

Inicialmente, o presente estudo teve como problema a seguinte indagação: há relação direta entre o estágio de Desenvolvimento Sustentável de um país e a qualidade de sua democracia?

A hipótese levantada foi favorável, defendendo que há, sim, relação entre ambos. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho foi analisar a influência da democracia na promoção do Desenvolvimento Sustentável, a fim de estabelecer correlações e contribuir com este tema, que recebe cada vez mais atenção na Academia e na sociedade.

Para abordar o problema, fez-se uso de uma pesquisa qualitativa, a qual busca a explicação sistemática de fatos que ocorrem no contexto social (GIL, 2008). Destaca-se que essa técnica surgiu “visando a entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares” (Cebrap, 2016, p. 8).

Quanto à tipificação da pesquisa, ela se enquadra como bibliográfica e documental. Gil (2008) conceitua os dois tipos, respectivamente, como pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, livros e artigos científicos e, pesquisa baseada em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico para o fim estipulado.

3. Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e democracia: aportes bibliográficos

A literatura que aborda criticamente a sustentabilidade aponta para uma profusão de significados atribuídos ao vocábulo. Em contrapartida, essa pluralidade pode ser considerada fruto da incontável

variedade de contextos e aplicações em que ele está inserido e ao senso comum criado em torno disso. Por conseguinte, depreende-se a inexistência de definição exata acerca dessa palavra. Isso levou Daly (1996) a afirmar que sustentabilidade é um termo de que todos gostam, mas que, ao mesmo tempo, muitos não conhecem exatamente seu sentido ou seu conceito.

Na tentativa de solucionar esse problema, Sartori *et al.* (2014, p. 11), em uma revisão da literatura, enfatizam que a sustentabilidade “envolve uma interação com sistemas dinâmicos que estão em constante mudança e necessitam de medidas proativas”, uma vez que seu campo “é emergente, caracterizado por uma grande variedade de assuntos, de diversas áreas e com diferentes enquadramentos”.

Relacionando a sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável, Cavalcanti (2010) questiona o fato de que “sustentável”, muitas vezes, é utilizado como complemento ou como adjetivo. Para o autor, o desenvolvimento automaticamente é sustentável; caso contrário, deve ser entendido apenas como crescimento. Elkington (2012), por sua vez, defende que os valores que compõem o Desenvolvimento Sustentável remetem-se a finalidades, tendo a sustentabilidade, ou as práticas sustentáveis, como meios que conduzirão a humanidade ao atingimento desse objetivo. Para o autor, a sustentabilidade funciona como uma métrica, no sentido de orientar políticas e ações, que, a partir de uma série de fatores, podem ser mais, ou menos, sustentáveis.

Diante disso, sublinha-se que sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável não são sinônimos, apesar de estarem interligados. Dito isso, antes de associar o Desenvolvimento Sustentável à qualidade da democracia, faz-se necessária uma abordagem sistemática sobre a democracia, salientando as nuances pelas quais esse regime político tem passado durante

sua história. A Tabela 2 esquematiza, resumidamente, os diferentes tipos de democracia observados desde a Grécia Antiga até o Estado de Bem-Estar Social do século XX.

É evidente que, nesta “evolução” da democracia, as demandas populares ganharam cada vez mais espaço, rumando para que o sentido da palavra fosse efetivamente atingido, com o povo exercendo papel fundamental na tomada de decisões e permitindo que até mesmo as minorias tenham voz e capacidade de ação no espaço público. Com isso, a democracia passou de um trivial modelo de votação para um conjunto de princípios que constitui um mecanismo de segurança de uma sociedade, como pontuado por Söderbaum (2019, p. 37):

A democracia não é apenas um sistema de regras de votação nas eleições parlamentares. É também sobre direitos humanos, como liberdade de expressão, liberdade de associação e geralmente uma vontade de ouvir atores com uma orientação ideológica diferente da sua (desde que essas vozes não sejam contra a própria democracia). Atores que diferem em pontos de vista podem aprender uns com os outros, sugerindo que a democracia pode contribuir para resultados criativos do diálogo público.

Destaca-se que, por depender de variáveis humanas, a democracia é dinâmica e está em constante aperfeiçoamento (Bastos, 1992). Da mesma forma, como exposto anteriormente, sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável moldam-se como líquidos em seus recipientes, adquirindo as nuances e

TABELA 2 – Tipos de Democracia e suas respectivas conceituações.

Tipo de Democracia	Conceituação
Democracia dos antigos (experiência ateniense)	Democracia direta que se realizava na cidade-Estado grega. Processava por intermédio de um sistema de assembleias, às quais era atribuído o poder de tomar todas as decisões políticas. O comparecimento à assembleia era teoricamente permitido a todo cidadão (adquirida apenas por pessoas do sexo masculino, com mais de dezoito anos de idade, filhas de pai e mãe atenienses), não havia burocracia e o governo era exercido pelo povo. Marcada, portanto, por fortes elementos de exclusão.
Democracia representativa e democracia direta	Fundamentada no ideal libertário (revoluções burguesas que eclodiram nos séculos XVII e XVIII na Europa), ressurgiu no panorama político através do constitucionalismo moderno. Tem como principal expositora de ideias a obra “O federalista”, escrita em 1787, por Madison, Hamilton e Jay. Para esses autores, a democracia representativa era a forma de governo em que o povo não participava diretamente da tomada de decisão sobre os temas de seu interesse, mas escolhia os seus representantes que deveriam tomar por ele tais decisões. Nesse modelo, amparado pelo liberalismo clássico, o status de cidadão era conquistado na sua relação com a propriedade.
Democracia liberal (democracia moderna)	Resultado de uma complexa articulação entre liberalismo e democracia, tendo em vista que ambos partiam do mesmo ponto: o indivíduo. A democracia pode ser considerada como um prolongamento natural do Estado liberal, pois é um sistema de governo que busca a igualdade, tendo como marca a representação política, na qual o representante deve estar voltado para atender aos interesses da nação e não a interesses particulares.
Democracia política e bem-estar social	A partir das transformações ocorridas nos séculos XIX e XX, a democracia é aprimorada a fim de ampliá-la e, com isso, age na intenção de criar condições mínimas de bem-estar para as grandes massas da população. Dessa forma, está vinculada à redução das desigualdades sociais, econômicas e políticas. As massas são encorajadas a pressionar o Estado por melhores condições de vida, criando condições favoráveis para o desenvolvimento do chamado Estado de Bem-Estar Social.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base em Cabral Neto (1997).

formatos necessários para cada situação e aplicação. À vista disso, Sordi (2013, p. 118) reconhece que

O desenvolvimento sustentável e a democracia constituem pilares fundamentais da sociedade moderna, e compatibilizá-los no desempenho da atividade estatal tem se tornado nas últimas décadas um dos maiores desafios da humanidade.

Como expoente desse pensamento, a *Foundation for Democracy and Sustainable Development* (FDSD), criada em 2009 e baseada em Londres, trabalha para colocar em prática o elo entre a democracia e o Desenvolvimento Sustentável em ações mundo afora, uma vez que consideram que as ideias e a realidade de ambos são interdependentes. De acordo com a instituição, a democracia é pautada pela igualdade política, ou seja, todos os membros de uma comunidade política têm os mesmos direitos e capacidades de alterar as decisões do todo. Além disso, para que um país seja democrático, é necessário que haja inclusão, participação, controle social, julgamento apropriado e transparência (Westall, 2015, p. 3). Essas características servem como plano de fundo para que o Desenvolvimento Sustentável consiga prosperar.

Dessa forma, é possível visualizar também a democracia e suas práticas como “degraus” para que o Desenvolvimento Sustentável seja atingido: são necessários movimentos sociais, participação

social, *accountability*, educação ambiental, governança, dentre outros fatores que são inerentes às democracias que têm boa qualidade e que permitem o exercício da cidadania. Também, percebe-se que democracias falhas, regimes híbridos ou regimes autoritários dificultam a implementação de ações sustentáveis e, com isso, afastam os países de alcançarem o Desenvolvimento Sustentável.

Outrossim, ao adicionar condições econômicas às aproximações entre democracia e Desenvolvimento Sustentável, Söderbaum (2012) destaca que o pensamento dominante da economia neoclássica nas universidades e nos governos é prejudicial, sendo apenas o pluralismo compatível com uma sociedade democrática, algo que essencialmente funcionará como o primeiro passo em direção ao Desenvolvimento Sustentável. Como solução, o autor propõe a internalização de conteúdos transdisciplinares como a Economia Ecológica³ na formação acadêmica de novos economistas e na elaboração de políticas públicas. Em complemento Fernandez (2011, p. 119) aponta que,

numa democracia, a existência continuada de teorias competidoras, embasadas sobre diferentes perspectivas filosóficas, é altamente salutar tanto em termos puramente teóricos quanto em termos da possibilidade pragmática de resolução dos problemas econômicos do mundo real, dentre os quais ainda se encontra um projeto de desenvolvimento socioeconômico viável para o futuro da humanidade.

³ O precursor da Economia Ecológica, Georgescu-Roegen (2013), distanciou-se da economia ambiental no que tange ao tratamento da relação entre o sistema econômico e o meio ambiente. O autor teorizou que há uma interdependência entre a economia humana e os ecossistemas e recursos naturais, sendo a primeira um subsistema da ecologia (Georgescu-Roegen, 2013). Dessa forma, a Economia Ecológica não surgiu para constituir meramente um ramo da Teoria Econômica convencional, mas, sim, para permitir uma revisão a fundo da ciência econômica (Martínez-Alier, 1994), estabelecendo uma ligação entre os ecossistemas e os sistemas econômicos (Munda, 1997). Fernandez (2011, p. 114) ressalta que “as perspectivas de um Desenvolvimento Sustentável não podem ser devidamente compreendidas apenas nos marcos da Economia ou da Ecologia convencionais”. Propõe-se, portanto, uma análise amparada na relação de interdependência dos dois sistemas, ou seja, em uma visão ecológico-econômica.

Ressalva-se que tanto o Desenvolvimento Sustentável quanto a democracia apresentam diferentes estágios de implementação e aceitação quando comparados os países de todos os continentes, sendo a democracia ainda mais complexa, pois, ao contrário do Desenvolvimento Sustentável, que conta com uma agenda global, esta tem seu sentido intrinsecamente atribuído ao contexto de cada Estado e suas respectivas leis, como a Constituição. Dessa forma, fatores inerentes à formação econômica, social e cultural de cada nação justificam o estágio mais avançado, ou mais atrasado, na incorporação de aspectos democráticos e de Desenvolvimento Sustentável.

4. Discussão

Em julho de 2018, a SDSN (Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU) divulgou um ranking dos países mais sustentáveis do mundo. O índice SDG, cuja escala varia de 0 a 100, leva em consideração o cumprimento, até o momento, das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na pesquisa, foram analisados 156 países, cobrindo parte significativa do mundo.

No mesmo ano, a *The Economist Intelligence Unit* publicou o *Democracy Index*, ou Índice da Democracia, que elencou 165 Estados independentes e dois territórios à luz de um questionário para detectar quais se enquadram nas categorias: “Democracia Plena”; “Democracia com Falhas”; “Regime Híbrido”; e “Regime Autoritário”. Isso se dá por meio de uma pontuação entre 0 e 10.

Os critérios utilizados para a elaboração do *Democracy Index* dividem-se em cinco grupos, cada qual com indicadores específicos: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política.

A Tabela 3 apresenta um recorte dos rankings supracitados, contendo os 20 países com a maior pontuação em ambos.

TABELA 3 – Comparativo entre o ranking de Desenvolvimento Sustentável e o índice de democracia.

Posição	Desenvolvimento Sustentável (de 0 a 100)	Democracy Index (de 0 a 10)
1	Suécia – 85,0 pontos	Noruega – 9,87 pontos
2	Dinamarca – 84,6 pontos	Islândia – 9,58 pontos
3	Finlândia – 83,0 pontos	Suécia – 9,39 pontos
4	Alemanha – 82,3 pontos	Nova Zelândia – 9,26 pontos
5	França – 81,2 pontos	Dinamarca – 9,22 pontos
6	Noruega – 81,2 pontos	Canadá – 9,15 pontos
7	Suíça – 80,1 pontos	Irlanda – 9,15 pontos
8	Eslovênia – 80,0 pontos	Finlândia – 9,14 pontos
9	Áustria – 80,0 pontos	Austrália – 9,09 pontos
10	Islândia – 79,7 pontos	Suíça – 9,03 pontos
11	Países Baixos – 79,5 pontos	Países Baixos – 8,89 pontos
12	Bélgica – 79,0 pontos	Luxemburgo – 8,81 pontos
13	República Tcheca – 78,7 pontos	Alemanha – 8,68 pontos
14	Reino Unido – 78,7 pontos	Reino Unido – 8,53 pontos
15	Japão – 78,5 pontos	Uruguai – 8,38 pontos
16	Estônia – 78,3 pontos	Áustria – 8,29 pontos
17	Nova Zelândia – 77,9 pontos	Maurício – 8,22 pontos
18	Irlanda – 77,5 pontos	Malta – 8,21 pontos
19	Coreia do Sul – 77,4 pontos	Espanha – 8,08 pontos
20	Canadá – 76,5 pontos	Costa Rica – 8,07 pontos

FONTE: Elaborado pelos autores, com base em Sachs et al. (2019) e The Economist Intelligence Unit (2018).

Observando as respectivas metodologias de cada lista, dos 20 países citados, 13 repetiram-se em ambas, por isso, há 65% de similaridade. Ou seja, são países em que a democracia é considerada plena ao mesmo tempo em que o Desenvolvimento Sustentável se encontra em estágio avançado. Diante disso, é possível estabelecer uma relação entre os dois conjuntos de indicadores citados, que deram origem às enumerações comparadas.

Verifica-se, ainda, que o Brasil ocupou a 56ª posição no ranking de Desenvolvimento Sustentável, com 69,7 pontos, o que lhe conferiu uma classificação intermediária, um pouco acima da média mundial. Os ODS em que esse país obteve os piores desempenhos foram: ODS 10 – Redução das desigualdades (25,7 pontos); ODS 11 – Indústria, inovação e infraestrutura (45,3 pontos); e ODS 16 – Paz, justiça e instituições fortes (47,3 pontos). O melhor desempenho do Brasil na avaliação pormenorizada foi no ODS 6 – Água Limpa e Saneamento, em que atingiu a marca de 98,3 pontos, apesar das notórias defasagens do país no que tange à coleta de esgoto e ao acesso a saneamento básico.

Quanto ao *Democracy Index*, o Brasil também ocupou um lugar mediano: 50º. A melhor nota na avaliação específica foi dada no quesito “Processo eleitoral e pluralismo”, correspondendo a 9,58 pontos. Por outro lado, ficou com apenas 5,00 em sua pior nota, no critério “Cultura política”.

A semelhança da posição brasileira em ambas as listas é mais um argumento que confirma a relação proposta entre a qualidade da democracia e sua influência no alcance de patamares sólidos de Desenvolvimento Sustentável.

Frey (2000, p. 2), ao estudar a inferência da dimensão político-democrática no Desenvolvimento Sustentável, afirma que esse é “um problema polí-

tico e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político”. Para o autor, ao passo que o debate público sobre sustentabilidade tem movimentado diversos atores e impulsionado mudanças significativas no planeta,

[...] o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento.

Diante do contexto de conflitos em torno das questões socioambientais, além da iminência de um Estado ativo e facilitador na implementação de um modelo alternativo de desenvolvimento, em substituição à abordagem econômico-liberal de crescimento (Frey, 2002), processos que favoreçam a participação social em defesa do Desenvolvimento Sustentável podem representar uma maneira de romper com a lógica prevalecente, centralizadora e excludente. Jacobi (2003, p. 199), por exemplo, alega que a educação ambiental como formação e exercício de cidadania, pautada pela lógica da sustentabilidade, encontra um ambiente favorável nas “ONGs e organizações comunitárias, que têm desenvolvido ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil”.

Nesse sentido, o trabalho de Toth *et al.* (2012, p.116) analisa como a educomunicação – “nascida no âmbito dos movimentos populares da América Latina” e caracterizada como “campo de intervenção social”, com o objetivo de “discutir problemas sociais e ambientais através de recursos tecnológicos” – pode fomentar a participação social, in-

crementar as discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável e internalizar essa pauta nas demandas locais. Com esse aprimoramento da democracia, espera-se romper com os

[...] fatores limitantes da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável: as relações de poder desiguais; os limites da expressão; a desmotivação; e os limites dos espaços tradicionais de participação (Toth, Mertens & Makiuchi, 2012, p.125).

Além disso, entende-se que movimentos sociais ou Organizações da Sociedade Civil voltadas ao cumprimento da Agenda 2030 figuram como importantes instrumentos democráticos para a promoção de práticas sustentáveis, alavancando iniciativas populares, realizando a *advocacy*, educando parte considerável da sociedade e permitindo que essa pauta tenha potencial de inserção na agenda governamental. No Brasil, graças a essas iniciativas, há um complexo rol de ações que rumam no sentido de aproximar os Objetivos Globais da população, sobremaneira em escala subnacional (Buss, 2017).

Contudo, esses instrumentos só terão capacidade de articulação, mobilização e voz ativa em democracias plenas e saudáveis. Sobre isso, Lavallo (2011, p. 15) pontua:

[...] na medida em que os novos arranjos institucionais abrigam organizações civis e atores coletivos aos quais conferem não apenas reconhecimento como porta-vozes da sociedade civil, mas faculdades e investidura regulamentadas, esses arranjos operam, a rigor, como lócus de representação extraparlamentar.

É a partir dessa ótica que Sordi (2013, p. 126) realça que “o Desenvolvimento Sustentável

somente poderá ser implementado eficazmente em ambientes verdadeiramente democráticos”.

Corroborando essa exposição, em países em que o regime de governo se distancia da democracia plena, o ativismo e a mobilização social em torno da pauta do Desenvolvimento Sustentável são altamente prejudicados. O relatório mais recente da ONG *Global Witness* revela uma situação preocupante sobre defensores do meio ambiente que se dispõem a lutar contra interesses inerentes ao capital, como o extrativismo, em países de democracia falha, em regimes híbridos ou autoritários.

A Figura 1 exhibe os dados referentes ao total de ativistas ambientais mortos no ano de 2018, por país, que atingiu a marca de 164 vítimas fatais em todo o planeta, resultando em uma média de mais de 3 homicídios por semana motivados pelas disputas no campo. O destaque se dá à Ásia e à América Latina, que, somadas, são responsáveis por mais de 85% dos assassinatos. As duas regiões são marcadas por atividades extrativistas, esgotamento de recursos naturais e conflitos recorrentes envolvendo a questão ambiental.

A pesquisa ainda expôs que, desse total, 43 assassinatos se deram em conflitos abarcando o setor de mineração e extrativismo, e 21 estão relacionados ao agronegócio predatório. Desde que a organização passou a compilar esses dados, o Brasil não ficou na primeira posição (Global Witness, 2019), ainda que sempre tenha apresentado um número elevado de mortes. No país, a principal fonte que contabiliza os massacres no campo é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da Igreja Católica (Global Witness, 2019).

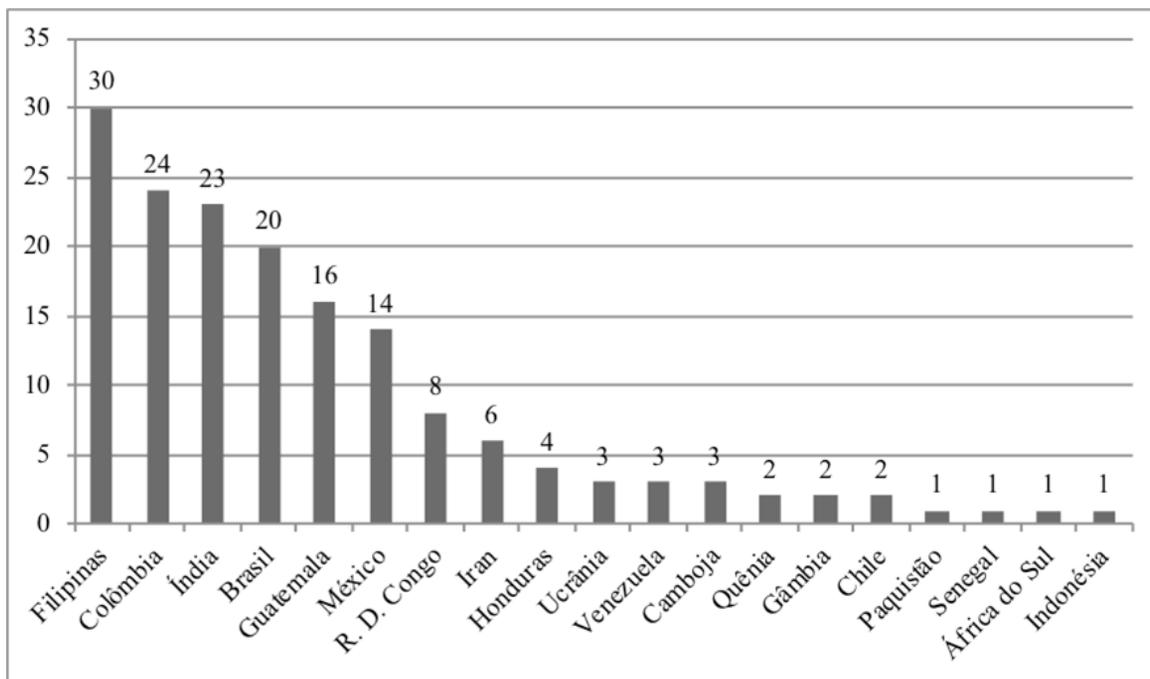


FIGURA 1 – Número de ativistas mortos por país, em 2018.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base em Global Witness (2019).

Segundo o relatório da *The Economist Intelligence Unit*, divisão de pesquisa e análise do *Economist Group*, dentre os países listados, nenhum possui status de “Democracia Plena”. Revela-se, nesse ponto, mais uma aproximação entre o Desenvolvimento Sustentável e a qualidade da democracia: quando um país não possui instituições capazes de garantir a segurança e a liberdade de expressão de seus ativistas, a luta pelo Desenvolvimento Sustentável pode se transformar em uma tarefa perigosa e, por vezes, fatal, desencorajando novos ativistas. Com isso, a busca por esse objetivo torna-se menos almejada e seu impacto é abatido pelo medo e pela repressão de grupos contrários, como fazendeiros, garimpeiros e caçadores ilegais.

Complementando a participação social, em democracias plenas, a atuação da mídia independente e plural pode constituir fator imprescindível para o atingimento de padrões elevados de Desenvolvimento Sustentável, tanto na difusão de conhecimentos quanto na cobrança de soluções que partam da Administração Pública para problemas sociais e ambientais. Mais uma vez, ressalta-se que, em regimes não democráticos, a participação da imprensa e até mesmo a liberdade de expressão como um direito são prejudicadas ou completamente tolhidas, comprometendo a exigência por práticas que redirecionem as políticas públicas à sustentabilidade.

Ademais, retoma-se a ideia de que o Desenvolvimento Sustentável não diz respeito somente ao meio ambiente natural, pois aspectos sociais e econômicos estão inclusos nesse rol de princípios. Destarte, a análise é condicionada a lançar luz ao comparativo entre a democracia e a sustentabilidade social e econômica. Para tanto, utilizou-se como métrica o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, e aplicado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (Machado & Pamplona, 2008).

O IDH é calculado através de indicadores de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita, recolhidos em nível nacional, contemplando, assim, importantes aspectos socioeconômicos de um determinado país, região ou localidade. Apesar de exercer “grande influência na teoria e também na prática do desenvolvimento econômico em todo o mundo” (Machado & Pamplona, 2008, p. 54), como qualquer outro indicador, o IDH não é completo e, por isso, recebe críticas pertinentes: Sagar & Najam (1998), por exemplo, argumentam que, apesar de inovador, o IDH não foi devidamente reexaminado e refinado pelo PNUD com o passar do tempo, prejudicando a capacidade do cálculo de aferir a realidade com precisão. Mesmo assim, o índice desponta como um dos mais relevantes meios para aferir o desenvolvimento no mundo, em substituição ao unidimensional PIB, que considerava apenas a faceta econômica.

Na Tabela 4, há um comparativo entre o ranking de Desenvolvimento Sustentável, referenciado anteriormente, e os vinte primeiros países na classificação do IDH.

TABELA 4 – Comparativo entre o ranking de Desenvolvimento Sustentável e o IDH.

Posição	Desenvolvimento Sustentável (de 0 a 100)	IDH (de 0 a 1)
1	Suécia – 85,0 pontos	Noruega – 0,953
2	Dinamarca – 84,6 pontos	Suíça – 0,944
3	Finlândia – 83,0 pontos	Austrália – 0,939
4	Alemanha – 82,3 pontos	Irlanda – 0,938
5	França – 81,2 pontos	Alemanha – 0,936
6	Noruega – 81,2 pontos	Islândia – 0,935
7	Suíça – 80,1 pontos	Hong Kong – 0,933
8	Eslovênia – 80,0 pontos	Suécia – 0,933
9	Áustria – 80,0 pontos	Singapura – 0,932
10	Islândia – 79,7 pontos	Países Baixos – 0,931
11	Países Baixos – 79,5 pontos	Dinamarca – 0,929
12	Bélgica – 79,0 pontos	Canadá – 0,926
13	República Tcheca – 78,7 pontos	Estados Unidos – 0,924
14	Reino Unido – 78,7 pontos	Reino Unido – 0,922
15	Japão – 78,5 pontos	Finlândia – 0,920
16	Estônia – 78,3 pontos	Nova Zelândia – 0,917
17	Nova Zelândia – 77,9 pontos	Bélgica – 0,916
18	Irlanda – 77,5 pontos	Liechtenstein – 0,916
19	Coreia do Sul – 77,4 pontos	Japão – 0,909
20	Canadá – 76,5 pontos	Áustria – 0,908

FONTE: Elaborado pelos autores, com base em *Sustainable Development Report* (2018) e *The Economist Intelligence Unit* (2018).

Novamente, há uma correspondência entre as duas listas. Dos 20 países mais avançados em Desenvolvimento Sustentável, 16 estão replicados no ranking mundial do IDH, portanto, uma porcentagem ainda maior que o comparativo com a lista da qualidade da democracia: 80% de compatibilidade.

Talvez a mais expressiva contribuição, no que tange a aproximação entre democracia e desenvolvimento humano, advenha de Amartya Sen, um dos responsáveis pela elaboração do referido índice. O proeminente economista indiano condiciona o desenvolvimento à ampliação das liberdades substantivas, bem como a “oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (Sen, 2010, p. 18). O autor ainda enfatiza que a democracia é fator determinante para que as liberdades e oportunidades sejam garantidas, ao escrever que “nenhuma fome coletiva jamais tenha ocorrido, em toda a história do mundo, em uma democracia efetiva” (Sen, 2010, p. 30-31), ou quando aponta que, ainda que exista progresso tecnológico e crescimento econômico, as liberdades civis, econômicas e políticas, inerentes às democracias plenas, despontam como fundamentais para o desenvolvimento humano, ou ainda, ao afirmar assertivamente que

Desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento. A importância da democracia reside [...] em três virtudes distintas: (1) sua *importância intrínseca*, (2) suas *contribuições instrumentais* e (3) seu *papel construtivo* na criação de valores e normas (Sen, 2010, p. 207).

Em adição, Sagar & Najam (1998) defendem que o PNUD deve considerar a incorporação da sustentabilidade como um dos indicadores de desenvolvimento humano, a fim de compreender o impacto do aumento do IDH de um país em seu meio ambiente e no consumo de seus recursos naturais,

além de utilizar as dimensões econômica e social da sustentabilidade para complementar o índice.

Após essa discussão, torna-se cristalina a necessidade de uma adaptação da métrica do desenvolvimento humano para que contemple a vertente ambiental, afinal, as pessoas e os ecossistemas estão intrinsecamente ligados. Aportes como o Índice de Bem-estar Econômico Sustentável (IBES), o Índice de Progresso Genuíno (IPG), a Matriz Territorial de Sustentabilidade e a Pegada Ecológica lançaram luz a essa discussão (Guimarães & Feichas, 2009). Sobre esse último indicador, um recente relatório da *Global Footprint Network* (2020) evidenciou que muitos países, apesar de terem um alto desenvolvimento humano, possuem, em média, hábitos de consumo e exploração dos recursos naturais que, se replicados por todos os seres humanos, demandariam mais de um planeta para que fossem satisfeitos, conforme exposto na Figura 2.

Mensurar e comparar o desenvolvimento humano e a Pegada Ecológica revela que poucos países chegam perto de alcançar as condições básicas para o Desenvolvimento Sustentável, representado pelo quadrante azul na Figura 2. Popularizou-se, assim, a compreensão de que um alto IDH, apesar de incorporar outras variáveis além da econômica, se baseado exclusivamente no paradigma de crescimento econômico poderia colocar em xeque muitos recursos naturais, comprometendo a manutenção das condições para a vida na Terra, algo que seria diametralmente oposto ao fundamento intergeracional do Desenvolvimento Sustentável.

Remetendo ao título deste artigo, a mesma ressalva deve ser aplicada às aproximações entre a qualidade da democracia e o Desenvolvimento Sustentável. À visto disso, seria equivocados afirmar que a sustentabilidade é um fenômeno dos

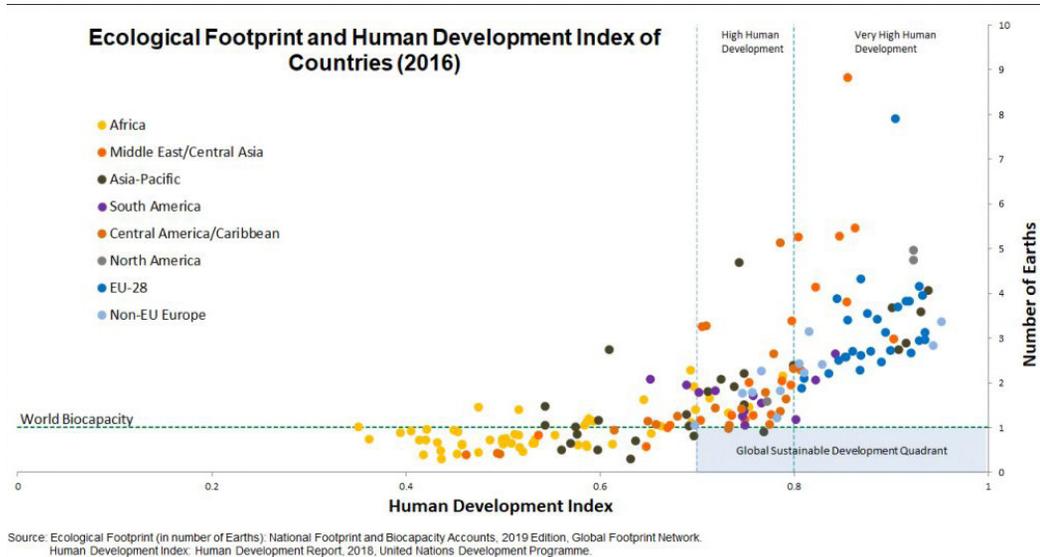


FIGURA 2 – Comparação entre a Pegada Ecológica e o Índice de Desenvolvimento Humano.
 FONTE: *Global Footprint Network* (2020).

países com alto grau qualitativo de democracia e/ou de IDH, sob o risco de reproduzir o discurso da economia ambiental neoclássica, presente em elementos como a Curva Ambiental de Kuznetz, que atribuiu as políticas de crescimento do PIB à redução da emissão de poluentes e da degradação do meio ambiente (Yandle *et al.*, 2002), ou seja, que “o crescimento econômico traz uma fase inicial de deterioração seguida por uma fase subsequente de melhoria” (Grossman & Krueger, 1995, p. 369).

Sobre isso, Raworth (2019, p. 226) adverte que “à primeira vista, essas explicações para a ascensão inicial seguida de queda na curva podem parecer dignas de crédito, mas não resistem a um exame aprofundado”, uma vez que “os cidadãos não têm de esperar até que o crescimento do PIB

lhes proporcione o desejo e o poder de exigir água e ar limpos”. Com efeito, Torras & Boyce (1998) destacam que a qualidade ambiental é maior onde há distribuição de renda igualitária, alto nível de alfabetização e respeito aos direitos políticos das pessoas. Novamente, a confluência entre o Desenvolvimento Sustentável e a democracia se faz presente, pois

é o poder do povo, e não o crescimento econômico em si, que protege a qualidade do ar e da água locais. Da mesma forma, é a pressão dos cidadãos sobre governos e empresas por padrões mais rigorosos, e não o mero aumento na renda, que obriga indústrias a adotar tecnologias mais limpas (Raworth, 2019, p. 226).

Mostrou-se inequívoca a relação entre a democracia e o incremento das ações sustentáveis em escala nacional, algo que pode contribuir para o alcance do Desenvolvimento Sustentável em tempo hábil. Na seara de possibilidades de ação, destacam-se o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a busca pelo “espaço operacional seguro e justo” do *donut* proposto por Raworth (2019), em que a borda interna da rosquinha é mensurada, dentre outros aspectos, pela efetiva participação política, elemento inerente à democracia.

5. Considerações finais

Este artigo objetivou-se a responder se há relação direta entre o estágio de Desenvolvimento Sustentável de um país e a qualidade de sua democracia. Trabalhando com o método hipotético-dedutivo, e de acordo com a bibliografia analisada e os dados expostos e discutidos, foi possível estabelecer uma ligação entre ambos, validando a hipótese inicial: em sociedades mais democráticas, as ações e políticas públicas aparentemente tendem a ser mais sustentáveis.

Uma possível explicação para isso se deve às pressões exercidas pelas pessoas que gozam de instituições sólidas e liberdade de expressão e associação: por meio de movimentos sociais, Organizações da Sociedade Civil, manifestações individuais e da mídia, os ideais inerentes ao Desenvolvimento Sustentável, alicerçados em seus cinco pilares, adquirem maior potencial de assimilação e, com isso, encontram nos grupos de pressão, fortalecidos por uma democracia plena, a oportunidade para entrarem na agenda governamental.

Ainda que se admita a inexistência de causalidade, os mesmos fatores que influenciam a democracia também o fazem com o Desenvolvimento Sustentável e, conseqüentemente, com o desenvolvimento humano e o cuidado com os ecossistemas naturais. Portanto, o conjunto de valores que integra a democracia pode servir como uma espécie de trampolim para a regionalização e para o atingimento de objetivos e metas globais, como aqueles que integram a Agenda 2030.

Estudos futuros podem explorar o assunto apresentando novos comparativos, exemplos de políticas viabilizadas pelas instituições inerentes à democracia e que favoreçam o Desenvolvimento Sustentável, a fim de respaldar ou aprimorar as conclusões deste trabalho.

Além disso, abre-se a oportunidade para que novas pesquisas aperfeiçoem os indicadores utilizados neste estudo, a fim de que se fortaleça a ideia de que qualidade da democracia e desenvolvimento humano integrem o que é entendido por Desenvolvimento Sustentável. Também, outros indicadores podem ser analisados em perspectiva comparada com o índice de democracia, como o Coeficiente de Gini, utilizado para mensurar a desigualdade na distribuição de renda em um país ou região.

Sugere-se, ainda, investigar se países do Norte global, que preservam os ecossistemas em seus respectivos territórios mediante pressões democráticas exercidas pela mídia e pela sociedade civil, também dispõem atenção especial à atuação de suas multinacionais em territórios estrangeiros, geralmente em países periféricos do Sul global, com legislações lenientes e escassa fiscalização, aproveitando-se da democracia falha dessas nações em benefício próprio. Tomando como base o método escolhido, essa indagação poderia servir como tentativa de

falseamento, resultando em novos desdobramentos no aprofundamento dessa pauta.

Por fim, o Desenvolvimento Sustentável não deve ser entendido como uma mera expressão de consenso, uma criação para dourar a possibilidade de crescimento econômico sem que isso fira interesses e valores sociais e ambientais, em uma evidente instrumentalização pelo sistema econômico e social dominante. A possibilidade de um desenvolvimento genuinamente sustentável, desprovido de um questionamento acerca de modelos socioeconômicos perversos, talvez seja algo tão paradoxal quanto uma democracia sem participação popular. E, em um contexto “pós-coronacrise”, a aspiração por sociedades cada vez mais democráticas e sustentáveis, a ser traduzida em ações concretas e políticas públicas, faz-se especialmente necessária.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Os autores agradecem a revisão dos pareceristas da revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, que contribuiu para a consolidação da versão final deste artigo.

Referências

Artaxo, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, 103, 13-24, 2014. doi: 10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24

Bastos, C. R. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 14. ed., 2012.

Boff, L. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2015.

Brüseke, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: Cavalcanti, C. (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, p. 29-40, 1994.

Buss, P. M. *Implementação da Agenda 2030 e dos ODS – perspectivas do Brasil*. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=node/601>

Cabral Neto, A. Democracia: velhas e novas controvérsias. *Estudos de Psicologia*, 2, 287-312, 1997. doi: 10.1590/S1413-294X1997000200005

Carson, R. *Primavera Silenciosa*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

Cavalcanti, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 53-67, 2010. doi: 10.1590/S0103-40142010000100007

Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc-Cebrap, 2016. Disponível em: http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf.

Daly, H. *Beyond growth*. Boston: Beacon Press, 1996.

Elkington, J. *Sustentabilidade: Canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books, 2012.

Fernandez, B. P. M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 23, 109-120, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/19246>.

Frey, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, 9, 115-148, 2001. doi: 10.1590/S1414-753X2001000900007

Froehlich, C. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. *DESENVOLVE: Revis-*

- ta de Gestão do Unilasalle, 3(2), 151-168, 2014. doi: 10.18316/1316
- Georgescu-Roegen, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.
- Georgescu-Roegen, N. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. São Paulo: Editora Senac, 2012.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 6. ed., 2008.
- Global Footprint Network. *Sustainable Development*. 2020. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/our-work/sustainable-development/>. Acesso em: set. 2020.
- Global Witness. *Enemies of the State? How governments and businesses silence land and environmental defenders*. 2019. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/campaigns/environmental-activists/enemies-state/>. Acesso em: set. 2020.
- Gorz, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 1 ed., 2010.
- Grossman, G. M.; Krueger, A. B. Economic Growth and the Environment. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(2), 353-377, 1995. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=227961.
- Guimarães, R. P.; Feichas, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, 12(2), 307-323, 2009. doi: 10.1590/S1414-753X2009000200007
- Hardin, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248, 1968. doi: 10.1126/science.162.3859.1243
- Jacobi, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 189-205, 2003. doi: 10.1590/S0100-15742003000100008
- Latouche, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Lavalle, A. G. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 84, 13-23, 2011. doi: 10.1590/S0102-64452011000300002
- Machado, J. G. R.; Pamplona, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *Economia e Sociedade*, 17(1), 53-84, 2008. doi: 10.1590/S0104-06182008000100003
- Martínez-Alier, J. *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. Barcelona: Icaria. 1994.
- McNeill, J. R. *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. New York, London: W. W. Norton & Company, Inc., 2000.
- Meadows, D. H.; Meadows, D. L.; Randers, J. *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- Montibeller Filho, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. *Textos de Economia*, 4(1), 131-142, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>
- Nações Unidas Brasil. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: set. 2020.
- Nações Unidas Brasil. *Momento de ação global para as pessoas e o planeta*. 2015b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: set. 2020.
- Ostrom, E. *Governing the Commons: The evolution of institutions for a Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 4. ed., 1990.
- Raworth, K. *Economia Donut*. São Paulo: Zahar, 2019.
- Romeiro, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26(74), 65-92, 2012. doi: 10.1590/S0103-40142012000100006
- Romeiro, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: May, P. H. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 3 ed., p. 3-32, 2018.
- Sachs, I. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1981.
- Sachs, J.; Schmidt-Traub, G.; Kroll, C.; Lafortune, G.; Fuller, G. *Sustainable Development Report 2019*. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN), 2019. Disponível em: <https://www.sdgindex.org/>

- Sachs, J. *The Age of Sustainable Development*. New York, NY: Columbia University Press, 2015.
- Saes, B. M.; Miyamoto, B. C. B. limites físicos do crescimento econômico e progresso tecnológico: o debate The Limits to Growth versus Sussex. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 51-68, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/26808/19671>.
- Sagar, A. D.; Najam, A. The human development index: a critical review. *Ecological Economics*, 25(3), 249-264, 1998. doi: 10.1016/S0921-8009(97)00168-7
- Sartori, S.; Latrônico, F.; Campos, L. M. S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade*, 17(1), 01-22, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753-2014000100002X&lng=en&nrmiso.
- Sen, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Söderbaum, P. Democracy and sustainable development: Implications for science and economics. *Real-World Economics Review*, 60, 107-119, 2012. Disponível em: <http://www.paecon.net/PAERreview/issue60/Soderbaum60.pdf>.
- Söderbaum, P. Do we need a new economics for sustainable development? *Real-World Economics Review*, 80, 32-44, 2017. Disponível em: <http://www.paecon.net/PAERreview/issue80/Soderbaum80.pdf>.
- Sordi, M. L. S. Democracia e Desenvolvimento Sustentável, uma combinação possível. *Justiça do Direito*, 27(1), 118-131, 2013. doi: 10.5335/rjd.v27i1.4560
- Steffen, W.; Richardson, K.; Rockström, J.; Cornell, S. E.; Fetzer, I.; Bennett, E. M.; Biggs, R.; Carpenter, S. R.; De Vries, W.; De Wit, C. A.; Folke, C.; Gerten, D.; Heinke, J.; Mace, G. M.; Persson, L. M.; Ramanathan, V.; Reyers, B.; Sörlin, S. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, 347(6223), 736-747, 2015.
- Sustainable Development. *Conferences*. 2019. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/conferences>. Acesso em: set. 2020.
- The Economist Intelligence Unit. *Democracy Index 2018: Me too? Political participation, protest and democracy*. 2019. Disponível em: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>. Acesso em: set. 2020.
- Torras, M.; Boyce, J. K. Income, inequality, and pollution: a reassessment of the environmental Kuznets Curve, *Ecological Economics*, 25(2), 147-160, 1998, doi: 10.1016/S0921-8009(97)00177-8
- Toth, M.; Mertens, F.; Makiuchi, M. F. R. Novos espaços de participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável: as contribuições da Educomunicação. *Ambiente & Sociedade*, 15(2), 113-132, 2012. doi: 10.1590/S1414-753X2012000200007
- Veiga, J. E. Quarenta anos de evasivas. *Página 22*, n. 84, mai. 2014.
- Walker, P. B. A construção do direito ao desenvolvimento e sua aplicação mediante as políticas públicas de sustentabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 1(1), 159-190, 2011. doi: 10.5102/rbpp.v1i1.1227
- Westall, A. *The Relationship between Democracy and Sustainable Development*. Foundation for Democracy and Sustainable Development, London. 2015. Disponível em: <http://www.fdsd.org/site/wp-content/uploads/2015/06/The-relationship-between-democracy-and-sustainable-development.pdf>. Acesso em: set. 2020.
- WCED – World Commission on Environment and Development. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- Yandle, B.; Bhattarai, M.; Vijayaraghavan, M. *The Environmental Kuznets Curve: A Primer*. The Property and Environment Research Centre Research Study 02, 2002. Disponível em: <https://www.perc.org/wp-content/uploads/2018/05/environmental-kuznets-curve-primer.pdf>. Acesso em: set. 2020.